

GTT Sales Pimenta 10 de dezembro de 2024

Participantes Governo:

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Conselheiro(a) do Ministério das Mulheres

Conselheiro(a) do Ministério da Igualdade

Conselheiro(a) do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Conselheiro(a) do Secretaria-Geral da Presidência da República

Conselheiro(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Participantes Sociedade Civil:

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC

Conselheiro(a) do Justiça Global

Conselheiro(a) do Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

Conselheiro(a) do Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU)

Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos

Conselheiro(a) do Terra de Direitos

Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH

Peticionários:

Conselheiro(a) do CEJIL

Conselheiro(a) do Comissão Pastoral da Terra Comissão Pastoral da Terra

A reunião foi iniciada por Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que informou que estavam presentes cinco representantes da sociedade civil e quatro do governo. Ressaltou a importância de iniciar a reunião tratando das pendências levantadas no encontro anterior. O primeiro ponto de debate foi a entrega das propostas. Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania destacou que havia o entendimento de que o Conselho seria realizado no dia 12, o que inviabilizaria a participação de ministros e ministros. Mencionadas como pendências a revisão das metas e indicadores, o texto de apresentação, o documento de diagnóstico previsto para ser apresentado em 2025 e a revisão do glossário. Questionou se teria outros pontos a serem incluídos e fez a leitura da pauta do dia 9. Também consultou os representantes da sociedade civil sobre quem poderia compor a mesa, tendo em vista a ausência de Maria Tranjan. Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC foi definida para essa função.

Na sequência, Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informou que, às 14h, ocorrerá a posse dos conselheiros do CNDH e ponderou sobre a necessidade de decidir se o GTT acompanharia o evento. Relembrou que, às 17h, seria realizado um evento com a ministra Macaé no Palácio do Planalto.

Questionou se o pleno teria sugestões, considerando que seria necessário liberar Conselheiro(a) do Comissão Pastoral da Terra, Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT para a posse.

Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT informou que ele, Conselheiro(a) do Comissão Pastoral da Terra e Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra precisam sair para participar da posse no CNDH e do primeiro ato do evento.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC sugeriu que uma pauta fosse aprovada e propôs que os ajustes de textos fossem realizados em subgrupos durante o período da tarde.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos propôs que a manhã de quinta-feira fosse destinada a um momento de avaliação e discussão dos desdobramentos, permitindo reflexões sobre os próximos passos.

Conselheiro(a) do Secretaria-Geral da Presidência da República atual com a proposta de Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC, destacando que o período da tarde seria adequado para a realização de ajustes de textos em subgrupos.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania enfatizou a necessidade de distribuir os itens da pauta de acordo com sua prioridade. As propostas que o momento de avaliação foram reservadas para definir recomendações e os

próximos passos, tendo em vista que essas discussões foram realizadas na quinta-feira. Informamos que o texto e o glossário não poderiam ser propostos na tarde atual, devido à ausência de Conselheiro(a) do Comissão Pastoral da Terra, Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT e Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No ponto da aprovação da pauta e do funcionamento da reunião, destacou a necessidade de discutir a agenda do dia 12.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania lembrou que, na última reunião do GTT, havia sido sinalizado que o Conselho seria realizado no dia 12, e ontem foi confirmada a presença da ministra às 14h. Explicou que, embora houvesse uma proposta de utilização do auditório do anexo do Palácio do Planalto, decidiu-se manter o evento na sala atual, considerando o apoio da área de eventos e a incerteza sobre a presença de outros ministros. Cresceu que essa decisão visa evitar a impressão de um evento vazio.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos sugeriu que fossem deliberados os próximos passos, destacando que a elaboração do plano envolveu diversas estratégias de engajamento da sociedade, instituições públicas e outros atores relevantes. Propostas que uma minuta foram finalizadas até quinta-feira e que, em 60 a 90 dias, foram promovidas um debate mais aprofundado sobre o plano, culminando em um ato político de entrega, preferencialmente em fevereiro ou março.

Ressaltou que o trabalho deveria ter um caráter político, não apenas burocrático, e sugeriu que quinta-feira seria um momento para apresentar uma pré-proposta, com a entrega efetivada em 60 a 75 dias.

Conselheiro(a) do Secretaria-Geral da Presidência da República manifestou apoio à proposta de Conselheiro(a) do Terra de Direitos, informando que os dias 12 e 13 de março seriam dados mais tranquilos para a realização do ato político.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania destacou que, no momento, o GTT está entregando a proposta e, posteriormente, será possível realizar articulações com todos os Ministérios. Ressaltou que este ponto poderia ser retomado em outro momento, com maior quórum.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC ponderou sobre qual seria a participação do GTT naquele momento posterior no âmbito do Ministério, questionando se se trataria de uma participação política voluntária e informal.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos lembrou que havia sido sugerido anteriormente à criação de um comitê de monitoramento e avaliação do plano. Enfatizou que, na proposta apresentada, foi incluída a

recomendação de que um ministro convocasse o GTT para realizar a entrega do plano de forma solene.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania relembrou as discussões anteriores sobre a comissão de monitoramento e avaliação, incluindo seu funcionamento e a forma como seria instituída. Ressaltou que este ponto não foi definido na última reunião e ficou pendente para debate nesta semana. Indicou que o debate será realizado na manhã de quinta-feira. Além disso, é importante que, com a saída de Conselheiro(a) do Comissão Pastoral da Terra, Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT para o bloco A da Esplanada, o grupo continue trabalhando e, posteriormente, participe do evento às 17h.

Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra informou que haverá um ato alusivo, seguido pela posse e pelo segundo ato.

Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT destacou que, no momento posterior, seria importante prever uma chamada para acertar os detalhes, evitando que o processo ficasse desorganizado.

Conselheiro(a) do Justiça Global questiona Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sobre o horário exato do evento.

Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra explicou que as atividades serão separadas, mas realizadas no mesmo espaço e de forma integrada, compondo duas atividades distintas, porém relacionadas.

Eu ressaltei a importância de tranquilidade com tranquilidade nas pautas da semana, considerando que as agendas estão sofrendo alterações de última hora. Confirmou que a comissão será instituída.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC propôs iniciar pelo sub-GTT 1 e informou que Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania foi nomeado para apresentar uma pauta. Indicou que, inicialmente, seria feito um relato mais geral sobre as pendências identificadas pelo sub-GTT e os pontos que deveriam ser levados ao pleno.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania justificou a ausência de representante do MPI, devido a compromissos, e informou que Conselheira do MJSP havia se desligado. Também explicou a ausência de outra Conselheira, mencionando o desfalque de algumas pessoas no grupo. Anunciou que seria apresentada uma

proposta de novo ponto de recomendação ao pleno, com a sugestão de incluir recomendações ao final de cada ação programática.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC informou que o sub-GTT do eixo 1 apresentou uma proposta de inclusão de uma recomendação em cada ação programática. Observamos que, para a padronização do plano, isso implicaria em trabalho adicional para os demais sub-GTTs, que também precisam adotar essa metodologia. Questionou se todos concordam com a proposta.

Na sequência, Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC perguntou quem do sub-GTT 2 faria o relato.

Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra relatou que a revisão e análise do documento foram concluídas, e o texto está finalizado, restando apenas a análise de Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH. Não houve questionamentos adicionais sobre o documento.

Conselheiro(a) do Secretaria-Geral da Presidência da República destacou a necessidade de inclusão de outros órgãos na avaliação e no monitoramento do plano.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania questionou se alguém do sub-GTT do eixo 2 tinha algo a acrescentar.

Conselheiro(a) do Ministério da Igualdade Racial observou que a participação de órgãos como o Ministério da Justiça (MJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tornariam o processo mais legítimo. No entanto, revelou que ocorreram tensionamentos com outros entes e ressaltou a importância de resguardar a separação entre os poderes.

Conselheiro(a) do Secretaria-Geral da Presidência da República reforçou que o plano poderia contar com a presença de outros órgãos que não pertencem necessariamente ao governo federal. Argumentou que uma participação integrada dos diversos níveis de governo é essencial para garantir a execução do plano.

Conselheiro(a) do Justiça Global lembrou que há um prazo de 90 dias para consolidar as medidas possíveis, o que dará mais peso às ações previstas no plano. Enfatizou a importância de envolver outras instituições nesse processo.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC recebeu com as observações de Conselheiro(a) do Secretaria-Geral da Presidência da República e Conselheiro(a) do Justiça Global, mas alertou sobre a necessidade de não atribuir responsabilidades a órgãos que não têm competência para assumi-las, sem, entretanto, eliminar as responsabilidades de órgãos específicos.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos comentou que alguns aspectos incluídos nos objetivos políticos do plano ainda não foram finalizados. Ressaltou que há uma tarefa institucional do Estado, mas que a sociedade civil também pode se integrar às reuniões e contribuir. Proposições realizadas em diálogos com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério do Meio Ambiente, entre outros.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania sugeriu que a participação de outros órgãos poderia ser considerada como parte das recomendações, sem incluir atribuições específicas a eles. Ressaltou que reuniões bilaterais já foram previstas no Pará, mas algumas agendas foram retiradas em uma reunião do GT. Lamentou que a participação de diversos órgãos no GTT tenha sido de baixo perfil e enfatizou a importância de envolvê-los nas recomendações.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos questionou se o ministro já se reuniu com o presidente do CNJ, Ministro Luís Roberto Barroso, e sugeriu um engajamento mais ativo com o órgão. Propõe que o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) solicite formalmente ao presidente do CNJ o envolvimento necessário para tratar da pauta em questão.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC informou que Conselheiro(a) do CEJIL ficaria responsável pelo relato do sub-GTT 3.

Conselheiro(a) do CEJIL Ressaltou que a maior parte das ações foi incluída, mas algumas questões ainda permanecem em aberto.

Conselheiro(a) do Ministério das Mulheres destacou que muitas das obrigações foram direcionadas ao CNMP e ao CNJ, questionando se deveriam manter essa abordagem, visto que sem o envolvimento desses órgãos, algumas ações não planejadas.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC lembrou que foi deliberado que para órgãos externos as responsabilidades fossem tratadas como recomendações.

Conselheiro(a) do CEJIL argumentou que algumas ações estavam diretamente relacionadas a esses órgãos e que, nessas situações, não seria adequado tratar as responsabilidades apenas como recomendações.

Conselheiro(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública avaliou que a principal preocupação reside no fato de que o plano constitui a construção de uma política pública. Argumentou que, embora possam ser feitas recomendações, é importante considerar a natureza política e institucional do plano.

Conselheiro(a) do Ministério da Igualdade Racial sugeriu que o formato de recomendação seja utilizado para definir o papel do Executivo, exemplificando com a

criação de núcleos da Defensoria Pública. Ressaltou que, se esses atores participassem diretamente envolvidos no processo, seria possível avançar na construção conjunta.

Conselheiro(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública reforçou que a grande problemática é a divisão de competências entre os diferentes níveis de governo, o que exige articulação coordenada.

Conselheiro(a) do Secretaria-Geral da Presidência da República destacou que a prorrogação do prazo do GTT permitiu a elaboração de uma proposta preliminar de texto para o plano nacional, construída com a contribuição dos membros do GTT. Contudo, as autoridades que esta proposta ainda não foram submetidas às secretarias executivas dos órgãos que compõem o GTT. Indicou a necessidade de metodologias específicas para preparar a entrega do plano à ministra na quinta-feira.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania lembrou que, em 29 de agosto, no Pará, foi decidido que seriam formados dois grupos adicionais para entregar o plano nacional no dia 12 de dezembro. Essa decisão já havia sido pactuada anteriormente. Acrescentou que a proposta de Conselheiro(a) do Terra de Direitos inclui a realização de reuniões bilaterais, como previamente acordado. Também destacou que, em 2025, está prevista uma cerimônia formal e robusta para a entrega do plano nacional e a proposta do anteprojeto de lei, com a participação de todos os órgãos relevantes.

Conselheiro(a) do CEJIL que aborda, com base nas discussões recentes, o eixo sobre impunidade apresenta desafios específicos para envolver profundamente o sistema de justiça. Explicou que, embora seja possível tentar algumas ações como recomendações, isso poderia prejudicar o conteúdo de várias propostas elaboradas. Sugeriu que, para esse eixo, seja necessário um tipo de contextualização diferente, visto que algumas ações são complexas e detalhadas no momento.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC enfatizou que, ao tratar da garantia de acesso aos direitos e da responsabilidade do sistema de justiça, é essencial que o plano responsabilize as instâncias envolvidas. Ressaltou que, ao abordar questões como impunidade e morosidade, o plano precisa indicar ações concretas para os órgãos competentes. Também destacou a previsão da criação de um sistema de proteção aos defensores dos direitos humanos, o que exige articulação com os estados e demais entes federados.

Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT destacou que, em ações jurídicas, o Estado brasileiro foi condenado, mas é importante ressaltar que o Estado brasileiro não se restringe ao Poder Executivo. Observe-se que alguns dos critérios feitos não são de competência do Executivo, mas sim do sistema de justiça.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania apresentou uma proposta de inclusão dos órgãos específicos no plano, mencionando seus nomes nas articulações para fortalecer a execução das ações previstas.

Conselheiro(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública enfatizou que, embora existam formas redacionais para incluir essas instituições, há limites legais a serem observados. Reiterou que não é possível assumir metas ou

compromissos em um documento para os quais o órgão proponente não tenha competência formal.

Conselheiro(a) do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar destacou que existe um GTT constituído no âmbito do CNJ, cujo foco está na responsabilidade estrutural, e que este grupo deve entregar seus relatórios. Sugeriu que, talvez, seja possível estabelecer uma troca conjunta para tratar os dois relatórios após a coleta do material produzido pelo GTT do CNJ. Claudia enfatizou a necessidade de retomar o diálogo com o CNJ e de compreender melhor os músculos realizados no âmbito do GTT.

Conselheiro(a) do CEJIL estudou com a importância do diálogo, mas expressou a sensação de que o GTT Sales Pimenta, dentro do CNJ, não possui peso político significativo no contexto da instituição. Observe que as atividades organizadas por esse grupo têm um caráter mais acadêmico do que direcionado para a formulação de políticas públicas ou judiciárias.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania corroborou a necessidade de engajamento no CNJ e propôs solicitar a presença da Coordenadora Flávia Piovesan nas articulações.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos reforçou que sua proposta foi nesse sentido, mencionando que, embora um consultor tenha sido enviado para participar do GTT, nenhum representante do judiciário esteve presente para dialogar diretamente com o grupo.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC sugeriu verificar se há outros pontos que podem ser aprovados na pauta antes de avançar.

O Pleno decidiu discutir sobre o Projeto de Lei (PL).

Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT fez a leitura do Anteprojeto de Lei.

Conselheiro(a) do Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU) mencionou que o texto foi debatido e, em sua visão, apresenta lacunas importantes. Comentou que os povos do terreiro frequentemente enfrentam críticas e exclusões devido à falta de manifestação de seus credos.

Ressaltou que, ao tratar de proteção territorial, deve-se abordar de forma integral e não parcial, pois isso reflete diretamente as necessidades das comunidades.

Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT expressou que, em sua análise, o texto apresenta uma abordagem limitada, considerando insuficiente as únicas obrigações do sistema de entrega de relatórios.

Conselheiro(a) do Secretaria-Geral da Presidência da República observou que o texto final ficou extenso e um pouco objetivo. Sugeriu uma revisão para ampliar o conteúdo e manter apenas os pontos mais relevantes e diretamente relacionados à política. Além disso, apontou a necessidade de avaliar se todos os termos, como defensoras, comunicadores e ambientalistas, precisam ser destacados da forma como foram apresentados.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC não sabe como os acréscimos ao texto foram realizados pensados e aprovados pelo pleno na última reunião. Destacou a necessidade de revisões específicas:

No artigo 9, é sugerido que há referências a "pessoas defensoras", quando já havia sido pactuado que a terminologia utilizada seria "defensores e defensoras".

No artigo 11, apontou que o termo "repasses" aparece repetido no caput, indicando que talvez não seja o mais adequado.

No artigo 12, indicou que o caput começa mencionando os conselhos, mas cita apenas o CONDEL, enquanto outros conselhos relevantes não estão incluídos.

No artigo 17, comentou que a redação deixa confuso o papel do conselho, recomendando maior esclarecimento.

No artigo 19, problemas de redação publicados na frase "a execução vai ser custeada".

No artigo 20, foram levantadas dúvidas sobre sua necessidade, já que, em tese, os agentes públicos devem cumprir a lei independentemente de menções adicionais.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos destacou que tanto o plano quanto o projeto de lei (PL) passarão por revisões nos ministérios e que ajustes significativos, como cortes, não são apropriados neste momento. Ressaltou que os aspectos estruturais relacionados às atribuições de cada ministério devem estar devidamente claros no texto. No geral, considerando que a proposta é mais madura.

Conselheiro(a) do Ministério da Igualdade Racial reforçou a necessidade de uma revisão de português e contextualizou que as alterações mais recentes no texto estão relacionadas à última audiência pública. Ele indicou que, no decorrer das etapas futuras, o texto será depurado, tornando-se mais conciso.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania sugeriu a inclusão de siglas em um glossário para facilitar a compreensão. Além disso, destacou a importância de ajustar a redação para mencionar "defensores e defensoras de DH" de forma uniforme e destacou que o trecho "dar-se-á no âmbito da cooperação do programa" deve ser revisado para "dar-se-á no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania".

Conselheiro(a) do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, antes de sair para atender o ministro, enfatizou a necessidade de garantir uniformidade no uso da expressão "defensores e defensoras de DH".

Conselheiro(a) do Secretaria-Geral da Presidência da República comentou que o artigo 17 está confuso, questionando se ele se refere ao Sistema Nacional ou ao Plano Nacional. Após o debate, o pleno esclareceu que o contexto é o âmbito do Sistema Nacional, e Conselheiro(a) do Secretaria-Geral da Presidência da República sugeriu ajustar a redação para "do Plano Nacional no âmbito do Sistema".

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC referiu que havia consenso sobre as considerações propostas, e o pleno confirmou o acordo.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania lembrou que o texto ainda será submetido à revisão pela CONJUR, que realizará uma análise técnica mais detalhada.

Encerrada a discussão sobre o PL, o pleno passou a tratar da carta recebida pela Coalizão.

Conselheiro(a) do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar entende a necessidade de considerar cuidadosamente as observações da Coalizão, incluindo os pedidos de não retirada de referências a comunicadores e ambientalistas.

Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT questiona se a Coalizão solicitou a manutenção do termo "comunicadores" no Programa ou no Plano.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania fez a leitura do texto enviado pela Coalizão, que solicita que o nome do Programa não exclua a menção a Comunicadores e Ambientalistas. Ressaltou que o pleno já havia

decidido anteriormente que o nome do Programa não incluiria essas categorias de forma específica, deixando a análise da solicitação ao critério do GTT.

Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT comentou que a estratégia da Coalizão mudou em relação à crítica anterior, que era mais ampla e conceitual. Observou que agora a solicitação é mais pontual e política, focando na manutenção do nome do Programa. Ressaltou que, se a solicitação não for atendida, a Coalizão provavelmente continuará insistindo nesse ponto. Considerou a abordagem estratégica e inteligente, pois não ataca o Plano ou questões conceituais diretamente.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos reiterou que, desde o início, a posição do GTT foi a de elaborar um plano abrangente, contemplando todas as categorias de defensores de direitos humanos, sem dar destaque a categorias específicas. Observou que há diversas categorias que sofrem altos índices de violência e que a coerência interna do GTT foi manter o Plano inclusivo e generalista.

Reforçou que a decisão é política e que, embora seja possível incluir referências a profissionais da comunicação no conteúdo do Plano, o nome deveria permanecer sem menções específicas.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC apontou que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) não faz parte da Coalizão que enviou o documento, mas que sua entidade de origem está entre os signatários, sem que tenha comunicado previamente sobre o posicionamento.

Lembrou do debate profundo feito no GTT sobre a não nomeação de categorias específicas de defensores e destacou que, para incluir nomes, seria necessário listar todas as categorias. Defendeu que a decisão do GTT seja mantida, sugerindo a elaboração de uma resposta formal que explicita os debates realizados e a posição de não discriminação adotada.

Após discussão, o Pleno decidiu manter a deliberação original do GTT Sales Pimenta de não incluir menções específicas a Comunicadores e Ambientalistas no nome do Programa, reforçando que o Plano é destinado a todos os defensores e defensoras de direitos humanos.

INTERVALO

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania iniciou a leitura do Eixo 1, e o Pleno começou as discussões e deliberações sobre o conteúdo desse eixo. Durante a discussão, Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania questionou como a questão dos outros órgãos havia sido abordada,

especialmente em relação à inclusão de órgãos que não estavam presentes na mesa de discussão.

Conselheiro(a) do Ministério da Igualdade Racial destacou que, conforme o combinado, seria adequado tratar a inclusão desses órgãos como uma recomendação, pois muitos não foram representados na reunião.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos sugeriu a possibilidade de dialogar com Enrico, do MPF, para apresentar as questões relacionadas ao fato do Poder Executivo só poder sugerir ações para o próprio Poder Executivo, ao mesmo tempo em que se começava a trabalhar com o Parlamento .

Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH comentou que, no Eixo 1, não foram incluídas especificações de alguns órgãos de estado, como a Secretaria-Geral, que tem uma função importante na articulação com a sociedade civil.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC continuou a leitura do Eixo 1, e o Pleno seguiu com as discussões e deliberações, sem chegar a uma conclusão final na reunião, mas já com os pontos essenciais discutidos.

A reunião foi finalizada após essas deliberações.

GTT Sales Pimenta 11 de dezembro de 2024

Participantes Governo:

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	Martini -
Ministério dos Direitos Humanos e da	Cidadania

Participantes

Sociedade

Civil: Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC	Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC
Conselheiro(a) do Justiça Global	Carvalho
-	Justiça Global
Conselheiro(a) do Sociedade Maranhense de Direitos Humanos	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
Conselheiro(a) do Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU)	Coordenação das

Associações das Comunidades Remanescentes de
 Quilombos do Pará (MALUNGU)
 Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis,
 Transexuais e Intersexos ABGLT Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays,
 Travestis, Transexuais e
 Intersexos ABGLT Darci Conselheiro(a) do Terra de
 Direitos -Terra de
 Direitos Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
 Santos Souza Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Conselheiro(a) do
 Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH Movimento Nacional de Direitos
 Humanos MNDH

Peticionários:

Conselheiro(a) do CEJIL Rocha - CEJIL

Conselheiro(a) do Comissão Pastoral da Terra Comissão Pastoral da Terra

Reunião iniciada com continuação da leitura das ações programáticas do Eixo 1 a partir do Objetivo Estratégico 5.

Há um debate e deliberações no Pleno sobre o Objetivo Estratégico 5.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC iniciou a leitura do Objetivo Estratégico 6.

Há um debate e deliberações no pleno sobre o Objetivo Estratégico 6.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC iniciou a leitura do Objetivo Estratégico 7.

Há debate e deliberações no pleno sobre o Objetivo Estratégico 7.

Conselheiro(a) do Sociedade Maranhense de Direitos Humanos enfatizou a necessidade de avançar nas discussões, dada a quantidade de tarefas pendentes.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania questionou se o Pleno tinha propostas para acelerar o progresso.

Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH informou que estava anotando as informações no documento para a revisão final, indicando que as questões foram registradas para ajustes posteriores.

Seguiu-se um debate e deliberações sobre o Objetivo Estratégico 7, onde o Pleno discutiu os pontos relacionados e fez as devidas deliberações sobre o tema.

Após essas deliberações, Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC iniciou a leitura do Objetivo Estratégico 8, e houve debate e deliberações no Pleno sobre esse objetivo, avançando na análise e nas decisões relacionadas.

INTERVALO

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania explicou que o sub-eixo foi aberto na sexta-feira e terminou no dia 1º de dezembro . Em seguida, no dia 5 de dezembro, foram incluídas as deliberações do Pleno, mas o documento não foi mais revisado desde então. Ele destacou que as mudanças não foram muitas, mas sugeriu que todas menos a versão consolidada do documento, especialmente para comparar com as alterações sugeridas no dia 5 , focando apenas nos pontos alterados. A principal alteração foi a revisão de texto e a inclusão do Objetivo Estratégico 13.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC iniciou a leitura do Objetivo Estratégico 9.

Há debate e deliberações no pleno sobre o Objetivo Estratégico 9.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC iniciou a leitura do Objetivo Estratégico 10.

Há debate e deliberações no pleno sobre o Objetivo Estratégico 10.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC iniciou a leitura do Objetivo Estratégico 11.

Há debate e deliberações no pleno sobre o Objetivo Estratégico 11.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC iniciou a leitura do Objetivo Estratégico 12..

Há debate e deliberações no pleno sobre o Objetivo Estratégico 12.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC iniciou a leitura do Objetivo Estratégico 13.

Há debate e deliberações no pleno sobre o Objetivo Estratégico 13. INTERVALO

Reunião é retomada com Eixo II.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou leitura do objetivo estratégico I do Eixo II.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico I do Eixo II.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou leitura do objetivo estratégico II do Eixo II.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico II do Eixo II.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou leitura do objetivo estratégico III do Eixo II.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico III do Eixo II.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou leitura do objetivo estratégico IV do Eixo II.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico IV do Eixo II.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou leitura do objetivo estratégico V do Eixo II.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico V do Eixo II. Eixo finalizado.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou leitura do objetivo estratégico I do Eixo III.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico I do Eixo III. INTERVALO

Conselheiro(a) do Sociedade Civil continuou a leitura do objetivo estratégico I do Eixo III.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico I do Eixo III.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou a leitura do objetivo estratégico II do Eixo III.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico II do Eixo III.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou a leitura do objetivo estratégico III do Eixo III.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico III do Eixo III.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou a leitura do objetivo estratégico IV do Eixo III.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico IV do Eixo III.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou a leitura do objetivo estratégico IV do Eixo III.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico IV do Eixo III.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou a leitura do objetivo estratégico V do Eixo III.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico V do Eixo III.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou a leitura do objetivo estratégico VI do Eixo III.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico VI do Eixo III.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou a leitura do objetivo estratégico VII do Eixo III.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico VII do Eixo III.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou a leitura do objetivo estratégico VIII do Eixo III.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico VIII do Eixo III.

Conselheiro(a) do Sociedade Civil iniciou a leitura do objetivo estratégico IX do Eixo III.

Há debate e deliberações no pleno sobre objetivo estratégico IX do Eixo III. Reunião finalizada.

GTT Sales Pimenta 12 de dezembro de 2024

Participantes Governo:

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania Martini -
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Participantes Sociedade
Civil: Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela
Democratização da Comunicação FNDC Fórum Nacional Pela Democratização da
Comunicação FNDC Conselheiro(a) do Justiça Global Carvalho
- Justiça Global
Conselheiro(a) do Sociedade Maranhense de Direitos Humanos Sociedade Maranhense
de Direitos Humanos Conselheiro(a) do Coordenação das Associações das
Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU) Coordenação das
Associações das Comunidades Remanescentes de
Quilombos do Pará (MALUNGU)
Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis,
Transexuais e Intersexos ABGLT Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays,
Travestis, Transexuais e
Intersexos ABGLT Darci Conselheiro(a) do Terra de
Direitos -Terra de
Direitos Conselheiro(a) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Santos Souza Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Conselheiro(a) do
Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH Movimento Nacional de Direitos
Humanos MNDH

Peticionários:

Conselheiro(a) do Comissão Pastoral da Terra Estevão - Comissão
Pastoral da Terra

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania iniciou a reunião discutindo o cronograma para o dia.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos explicou que, para chegar à entrega final do plano e à proposta de forma robusta, o objetivo para hoje era cumprir o prazo e o mandato do GTT com a entrega do documento, que passará por uma revisão final até o dia 10/01. Após isso, o documento será submetido aos Ministérios e outras instituições para revisão. Caso surjam novas questões, o GTT será configurado para fazer as alterações possíveis. Ele também importa a importância dos alinhamentos interinstitucionais e das reuniões com os ministérios e poderes, além da incidência política da sociedade civil.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informou que o documento revisado deveria ser finalizado e entregue ao GM até 15/01, mas sugeriu que a data ideal fosse 10/01, para garantir o ritmo de todas as articulações e não causar atrasos. Também é necessária a necessidade de minutar a portaria de nomeação do comitê para organizar o processo de emissão de passagens de acordo com as agendas de negociações.

Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT sugeriu colocar os 90 dias de prazo para garantir uma margem de folga.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania apresentou como proposta a data de 14/04 para a entrega final, indicando que o presidente está presente na solenidade. Esses dados foram discutidos como uma opção, dado que a entrega em 14/03 parecia difícil.

Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT questionou qual seria a metodologia de revisão até o dia 10/01 e solicitou mais clareza sobre o processo. Ele sugeriu que seria necessário formalizar o documento com uma assembleia virtual para a aprovação final, garantindo que todos assinassem o documento final.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC explicou que a revisão até o dia 10 envolveu a designação de 2 pessoas por subeixo, e a versão final seria submetida em arquivo aberto para o pleno avaliar e fazer as sugestões finais.

Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT solicitou esclarecimentos sobre o processo de aprovação após as revisões, ressaltando a necessidade de formalizar o documento com a assembleia virtual para que todos pudessem observar o documento final.

Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH destacou que, apesar do grande esforço de revisão já realizado, o prazo ainda é curto. Ele veio com Conselheiro(a) do Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos ABGLT, indicando que seria importante agendar uma reunião virtual no dia 10/01 como um ato formal de formalização. Para garantir que todos estejam preparados, ele propôs que a comissão de revisão final concluísse a revisão até 5 de janeiro, para que o grupo chegasse ao dia 10 com a leitura já feita.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC alinhou os encaminhamentos, indicando que a comissão de revisão final trabalhou até 01/05, socializou o documento com o pleno e convocou uma reunião virtual para 01/10.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos propôs adiar a reunião para 13/01, considerando que entre a sexta e a segunda-feira não haveria muita diferença e sugeriu que a disponibilização da redação final fosse no dia 06/01 ao invés de 05/01 .

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC confirmou a alteração no calendário de entrega do documento final para 13/01, e o Pleno concordou com a proposta.

Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH propôs que a reunião de deliberação final fosse marcada para 13/01 , junto com o envio do documento final.

O Pleno concordou.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informou que seria aberto um processo no SEI para encaminhar as minutas para a ministra no dia 13/01, com a intenção de que o documento fosse enviado para os ministros, ministros e instituições relacionadas no plano.

Conselheiro(a) do Secretaria-Geral da Presidência da República sugeriu que, dado o recesso, poderia haver dificuldade para receber retornos dos ministérios sobre a consulta ao plano. Ela sugeriu criar uma planilha para organizar as manifestações dos ministérios e facilitar a contribuição dos órgãos. Conselheiro(a) do Ministério dos

Direitos Humanos e da Cidadania investiu e investiu que o comitê provisório seria crucial para essa organização, com o ministério solicitando que os ministérios indicassem os responsáveis.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos reforçou a necessidade de uma consultoria para apoiar o processo e destacou que a presidência do GTT, sob responsabilidade de Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, precisava minutar a portaria para a instituição do comitê provisório. Ele alertou que, sem isso, o cronograma ficaria comprometido. Além disso, enfatizou que as consultas com os ministérios e as reuniões de

incidência política precisam envolver representantes do GTT e do comitê provisório para garantir que o processo avance de forma eficaz.

Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH destacou a importância da disponibilidade e colaboração dos membros do GTT para a divulgação de interlocução com os órgãos, especialmente nas reuniões da sociedade civil . Ele enfatizou que o MDHC deveria assumir essa responsabilidade, especialmente nas interlocuções internas , mas questionou a previsão de ter uma consultoria dentro do prazo de 90 dias.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania questionou ao Pleno se havia mais questões sobre o cronograma ou se poderia seguir para a próxima pauta.

Conselheiro(a) do Terra de Direitos lembrou que o MDHC pode iniciar algumas ações propostas sem depender de decisões do Secretário, ressaltando que o MDHC começasse a avaliação das ações assim que um minuto final fosse entregue, para que as ações não ficassem pendentes.

Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH sugeriu que seria importante a presença do secretário Bruno em uma reunião virtual, que poderia ser agendada posteriormente.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania afirmou que várias das ações propostas no plano já poderiam ser iniciadas pelo MDHC.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC propôs que o Paulo indicasse se haveria necessidade de abordagem do pleno sobre a revisão feita no documento.

Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH menciona que havia 5 itens a serem avaliados brevemente.

Conselheiro(a) do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação FNDC sugeriu que a reunião tratasse dos itens pendentes.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania anunciou que compartilharia o cronograma e que, uma vez finalizado, o documento seria fechado para edição, com acesso restrito a quem realmente trabalhasse nele.

Conselheiro(a) do Ministério da Igualdade Racial comentou sobre um ponto inserido no documento relacionado aos comunicadores, que não havia sido incluído originalmente, e destacou que ele estava na seção G.

Após as deliberações, o Pleno leu os pontos pendentes no documento final do Plano Nacional e do Projeto de Lei, aprovando ambos os documentos após discussão.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania passou a falar sobre a solenidade e a entrega do plano. Ele informou que a Conselheiro(a) do Sociedade Maranhense de Direitos Humanos estava trabalhando no PL, enquanto o Paulo estava no Plano Nacional, indicando que uma marca d'água estava incluída no documento para indicar que se tratava de uma proposta. Ele também teve a ideia de criar uma capa bonita para o plano, sugerida por Conselheiro(a) do Ministério das Mulheres, com a possibilidade de usar o Canva.

Conselheiro(a) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania abordou questões logísticas da solenidade, como a organização do espaço, sugerindo que fosse evitada a projeção e a possibilidade de colocar cadeiras no fundo. Ele também decidiu que seria necessário imprimir uma cópia do plano para cada pessoa.

Conselheiro(a) do Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH sugeriu que o plano seria apresentado em sua totalidade, antes de falar sobre os eixos, e que seria importante fazer uma fala geral sobre o plano, indicando que Conselheiro(a) do Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU) seria o responsável por essa fala.

O Pleno concordou com a sugestão de Conselheiro(a) do Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU) apresentando o plano.

Após deliberações, a reunião foi finalizada para apresentação do Plano Nacional e Projeto de Lei a partir das 14h.